

GRUPO DE IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE CANAIS DE TV E RTV – GIRED

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: terça-feira, 30 de maio de 2017

HORÁRIO: 10h às 13h

LOCAL: Agência Nacional de Telecomunicações, Brasília-DF – SAUS Quadra 06, Bloco H, 7º Andar, Ala Sul

MEMBROS DO GIRED PRESENTES:

Juarez Martinho Quadros do Nascimento – Presidente do GIRED – Anatel

Vitor Elisio Goes de Oliveira Menezes – Secretário do GIRED – Anatel

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira – MCTIC (titular)

José Gonçalves Neto – Telefônica Brasil S. A. (titular)

Cristiene Abadia Evaristo – Algar Celular S. A. (suplente)

Leandro Henrique de Lobo Guerra – Tim Celular S. A. (suplente)

Daniel Pimentel Slaviero – Radiodifusão (titular)

Flávio Lara Resende – Radiodifusão (titular)

Luis Roberto Antonik – Radiodifusão (suplente)

Raymundo Costa Pinto de Barros – Radiodifusão (titular)

Cristiano Lobato Flores – Radiodifusão (suplente)

André Felipe Seixas Trindade – Radiodifusão (titular)

REPRESENTAÇÃO EXCEPCIONAL:

Raul Lara Campos – Claro S. A.

OUTROS PARTICIPANTES:

Alex Pires de Azevedo – Anatel

Alexandre Carrijo Franco – TV Câmara

Ata da 30ª Reunião Ordinária do GIRED

André Luis Dias – TV Globo
Antônio Martelletto – EAD
Bernardo Ferraz – EAD
Carlos Saldanha – EAD
Cinthia D'Áuria – TV Globo
Cláudio Fernandes Paixão – Abratel
Daniel Leite – Anatel
Dulcídio Pedrosa – MCTIC
Egon Guterres – Anatel
Elmano Rodrigues Filho – Anatel
Euliebem José Barbosa – RecordTV Goiás
Fabiana Dias Sampaio – Anatel
Flávio Castro Vasconcelos – Algar Celular S. A.
Gunnar Bedicks – EAD
Heloísa Helena Moreira – Band
Juliana Noronha – SBT
Luiz Felipe Zoghbi – Tim Celular S. A.
Luiz Nicolaewsky – TV Globo
Marcelo T. de Almeida – Anatel
Márcia Cavallari Nunes – Ibope Inteligência
Márcio da Silva Novaes – Abratel
Martim Jales Hon – Anatel
Mônica Tavares – Anatel
Natália Gurgel – Ibope Inteligência
Patrícia Abreu – EAD
Rosângela Petri Duarte – MCTIC
Thiago Aguiar Soares – Anatel
Valéria Tassari – EAD
Vanessa Cristina Faria Gomes – Anatel

Wanessa Bastos – EBC

William Zambelli – MCTIC

Wilson Wellisch – Anatel

ASSUNTOS:

1. Aprovação da Ata da 29ª Reunião Ordinária do GIRED, realizada em 19 de abril de 2017

O **Presidente do GIRED, Juarez Martinho Quadros do Nascimento**, iniciou a reunião perguntando aos presentes se havia alguma correção a ser realizada na minuta previamente distribuída da Ata da 29ª Reunião Ordinária do GIRED. Sem ajustes, ela foi aprovada por unanimidade.

Foi consignada a presença de Representante Excepcional, a saber, **Raul Lara Campos, da Claro S. A.**, nos termos regimentais.

Em seguida, o **Presidente do GIRED** informou que, por meio de Circuito Deliberativo, o Conselho Diretor da Anatel havia aprovado a substituição de membro representante solicitada pela Proponente Vencedora Claro S. A., que doravante terá **Monique Pereira Ibitinga de Barros** como suplente. A decisão foi consubstanciada na Portaria nº 711, de 29 de maio de 2017, publicada neste mesmo dia, 30 de maio de 2017, no Diário Oficial da União.

Ato contínuo, foi lida a relação de convidados ouvintes indicados pelos representantes dos radiodifusores e das proponentes vencedoras, cuja presença na reunião foi deferida pelo **Presidente do GIRED**.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, informou que o Presidente do Fórum de TV Digital não pôde comparecer à reunião por motivo de saúde, não obstante sua confirmação de presença.

2. Informe do Grupo Técnico de Acompanhamento Financeiro (GT-F)

Felipe Roberto de Lima, Coordenador do GT-F, relatou a realização da nona reunião do Grupo Técnico, em 29 de maio. O primeiro item tratado foi a apresentação, pela EAD, do demonstrativo financeiro do primeiro trimestre, em atendimento à solicitação apresentada por representantes da radiodifusão. Os participantes do GT-F se responsabilizaram por repassar as informações aos seus respectivos representantes no Grupo Executivo do GIRED. A EAD também trouxe relatório gerencial sobre o planejamento financeiro e a execução em Brasília, que foi igualmente apresentado aos participantes do GT-F.

O segundo tema tratado foi a consulta à Receita Federal do Brasil relativa à incidência de PIS/COFINS no ressarcimento de canais de TV e RTV executado pela EAD. Sobre esse assunto, foram resgatadas algumas decisões do GIRED tomadas em reuniões anteriores: *i*) havendo incidência de PIS/COFINS sobre os equipamentos e infraestrutura, caberia à EAD ressarcir os valores correspondentes; *ii*) seria realizada

uma consulta formal à Receita Federal questionando sobre a incidência ou não dos tributos e, até que houvesse uma resposta, os valores seriam ressarcidos no remanejamento de canais; e *iii*) caso a resposta da Receita Federal fosse no sentido da não incidência, seria estabelecido um mecanismo pelo qual os radiodifusores restituíam os valores recebidos da EAD. Na ocasião dessas decisões, a **Associação Brasileira de Rádio e Televisão – Abratel** havia se prontificado a fazer a consulta junto à Receita Federal do Brasil. Na reunião do GT-F, no entanto, os representantes da Abratel informaram que seus associados não se dispuseram a fazer a consulta. Em vista disso, a Anatel avaliaria a possibilidade de fazê-la.

O terceiro tema discutido na reunião do GT-F foi o fluxo de ressarcimento ao radiodifusor. O fluxo foi aprovado internamente e seria submetido para apreciação do Grupo Executivo nas próximas reuniões do GIRED.

Por fim, **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED**, ressaltou, em vista do exposto, que a Anatel avaliaria então a possibilidade de formalizar consulta à Receita Federal do Brasil sobre a incidência do PIS/COFINS no ressarcimento dos canais de transmissão e retransmissão remanejados pela EAD.

3. Informe do Grupo Técnico de Recepção (GT-Rx)

Alex Pires de Azevedo, Coordenador do GT-Rx, relatou a reunião realizada no dia 09 de maio. Destacou a finalização dos documentos de consolidação das especificações técnicas; apresentação de estudos de convivência entre a TV analógica e o LTE na Faixa de 700 MHz; acompanhamento dos informes da EAD de distribuição de kits e mitigação de interferências; e o pedido de informações da Abratel sobre o processo de compra de receptores.

4. Aprovação do documento de consolidação das especificações técnicas para o Conversor de TV Digital, a antena e o filtro para mitigação de interferências, apresentado pelo GT-Rx

Alex Pires de Azevedo Coordenador do GT-Rx, falou sobre o documento de consolidação das especificações técnicas mínimas para o Conversor de TV Digital, a antena compacta e o filtro para mitigação de interferências. Relatou que havia consenso de todos os participantes do GT-Rx.

Disse que os objetivos do documento eram: consolidar as especificações técnicas em um único documento, referenciando as decisões do GIRED sobre o assunto, e revogar o documento de especificações aprovado na 1ª Reunião Extraordinária do GIRED, realizada em 15 de maio de 2015. Salientou, todavia, que não estava sendo feita nenhuma alteração técnica, apenas uma consolidação.

O Conversor de TV digital terrestre a ser distribuído deve atender ao disposto na Portaria MC nº 378/2016, ou outra que venha a substituir, e aos itens mandatórios da norma ABNT NBR 15604 e, adicionalmente, às especificações descritas no documento aprovado.

Em relação às especificações da antena de recepção que compõe o kit a ser distribuído, além da antena externa compacta, que deve atender às especificações da

tabela 3 do documento, há também um mastro e o suporte de fixação com os respectivos acessórios, além de um cabo série 59 homologado pela Anatel com comprimento mínimo de 8 metros, em cor branca com um conector F crimpado nas duas extremidades.

O filtro externo utilizado na recepção para mitigação de eventuais interferências prejudiciais, não compõe o kit de recepção de TV Digital distribuído às famílias carentes. Ele é utilizado nos casos de mitigação de interferências provenientes tanto do terminal LTE quanto da Estação Rádio Base, e deve também atender às especificações técnicas definidas no documento.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, convidou os presentes para deliberação do documento apresentado. O documento de consolidação foi aprovado por unanimidade, nos termos propostos pelo GT-Rx.

5. Informe do Grupo Técnico de Remanejamento (GT-Rm)

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, informou que, em 10 de maio, foi realizada reunião ordinária do Grupo Técnico, tratando dos temas da avaliação das pendências para a digitalização, do cronograma operacional de migração dos canais de Goiânia e da viabilidade da implantação do 4G/LTE na Faixa de 700 MHz em diversas regiões, conforme os estudos apresentados pela EAD.

6. Avaliação do cronograma operacional de remanejamento de canais de TV e RTV em Goiânia e entorno, submetido pela EAD

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, informou que o cronograma foi apresentado pela EAD na última reunião do GT-Rm. Sugestões de adequação no documento foram feitas e encaminhadas a todos na convocação da presente reunião.

Considerando o exposto, **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED**, pôs em deliberação cronograma em tela, que restou aprovado pelos membros do GIRED.

7. Avaliação dos estudos de viabilidade da implantação das redes de telefonia móvel 4G/LTE nas regiões de Macapá/AP, Boa Vista/RR, Manaus/AM, Rio Branco/AC, Fortaleza/CE, Natal/RN e Maceió/AL e nos municípios de Recife/PE e Uberaba/MG, todos submetidos pela EAD

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, informou que a EAD encaminhou diversos estudos de viabilidade técnica, que foram apreciados na última reunião do GT-Rm. Foram apontadas pendências em alguns desses estudos. Ficou definido que as pendências seriam acompanhadas pelo GT e seriam trazidas à presente Reunião Ordinária do GIRED, se possível com propostas de solução para cada uma delas. Relatou que nos municípios da região de Boa Vista/RR (total de 6 municípios), o Ato nº 8.999/2017 tinha sido publicado no DOU neste mesmo dia, 30 de maio, efetuando a alteração do canal 52 no Plano Básico de Distribuição de Canais.

Deferida a palavra, **Ana Eliza Faria e Silva, da TV Globo**, perguntou sobre a situação dos canais 57 e 58, ao que **Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm**, explicou que a publicação da alteração desses canais tinha sido feita em Ato anterior e, ainda, que o canal 56 havia sido excluído do Plano.

Em relação aos 25 municípios da região de Natal/RN, a pendência era a alteração do canal 52 da capital, a qual foi solucionada por meio da publicação do mencionado Ato nº 8.999/2017.

Em Rio Branco/AC, havia a pendência de alteração de três canais: 55, 57, 58. A questão também foi endereçada por meio do Ato nº 8.999/2017, que alterou os canais. Havia ainda a pendência quanto ao canal 56, analógico, que se encontra vago (não outorgado a qualquer entidade), cuja exclusão seria submetida à Consulta Pública até o fim da presente semana, muito provavelmente. Informou que foi sugerido, no GT-Rm, que fosse possibilitado o início da campanha de mitigação preventiva na região, haja vista que a pendência da Consulta Pública não era um empecilho técnico, e que a entrada do LTE ficasse condicionada ao Ato efetuando a exclusão do canal do Plano Básico.

Ana Eliza Faria e Silva, da TV Globo, pediu a palavra para dizer que antecipações de canais estavam sendo praticadas desde que não houvesse nenhuma pendência. Para ela, a Consulta Pública precisaria estar publicada para que a faixa fosse efetivamente liberada.

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, informou que, como o canal não estava em operação, nenhum radiodifusor estaria impactado quando a distribuição de filtros e a campanha de mitigação preventiva fossem iniciadas. Era importante que nenhum radiodifusor estivesse operando na Faixa de 700 MHz no momento da distribuição do filtro. Na prática, a faixa estava limpa; havia apenas alguns passos burocráticos para serem tomados. Reiterou tratar-se de canal vago.

Raymundo Costa Pinto Barros, representante titular da Radiodifusão, ressaltou que deveria haver um compromisso de a pendência seria solucionada.

Vitor Elisio Goes de Oliveira Menezes, Secretário do GIRED, esclareceu que a liberação no sistema eletrônico da Anatel para permitir o licenciamento das estações de 4G/LTE na Faixa de 700 MHz era controlada pela Agência, e que os devidos cuidados estavam sendo tomados.

Alex Pires de Azevedo, Coordenador do GT-Rx, ressaltou que, conforme as Diretrizes para Mitigação de Interferência Prejudicial nos Sistemas de Recepção de TV e RTV, o início de processo de mitigação preventiva realizado pela EAD depende da aprovação do estudo de viabilidade técnica pelo GIRED. A proposta apresentada era que o estudo fosse aprovado, porém com condições. Esclareceu que uma vez aprovado os estudos, não haveria óbice para a EAD dar início às questões logísticas e de comunicação da mitigação preventiva, pois as condições referiam-se à ativação das redes.

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, explicou que a Consulta Pública com a exclusão do canal 56 já estava pronta e seria publicada nos próximos dias.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, perguntou se a Consulta Pública seria de 30 dias, ao que **Martim Jales Hon, Coordenador do**

GT-Rm, respondeu que seria menor e acrescentou que entre a finalização da Consulta e a publicação do Ato existia um prazo para análise das contribuições. O ideal seria um prazo de 30 dias entre a publicação da Consulta e a efetivação do Ato.

Raymundo Costa Pinto Barros, representante titular da Radiodifusão, propôs então que, na próxima reunião do GIRED, este tema voltasse à discussão.

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, retomou a apresentação sobre a situação das pendências em algumas localidades. Disse que em Uberaba/MG, havia a pendência referente à alteração do canal 61. Informou que a alteração tinha sido publicada no Ato nº 8.999/2017. No município de Igarapava/SP, vizinho de Uberaba/MG, também havia, como pendência, a operação do canal 53 analógico, que poderia ter sua recepção impactada por eventuais operações do LTE em Uberlândia.

Na última reunião do GT-Rm, essa situação foi apresentada e, posteriormente, a entidade autorizada a operar o canal 53 protocolou no MCTIC petição informando que o desligamento do canal ocorreria em 31 de maio. O desligamento eliminaria essa situação de interferência em Igarapava/SP. A exclusão do canal também seria contemplada por Consulta Pública e, após o desligamento, a Anatel procederia com a exclusão do canal no Plano Básico.

Relativamente à região de Macapá/AP (9 municípios), a alteração dos canais 52 e 55 foi feita pelo Ato nº 8.999/2017. O canal 54 analógico seria excluído na próxima Consulta Pública, considerando que a entidade que operava o canal informou que o desligamento ocorreria em 30 maio.

Na região de Fortaleza/CE (15 municípios), os canais 53 e 61 foram alterados pelo Ato nº 8.999/2017. Em relação aos canais 52, 57 e 59, as entidades que os operavam informaram o desligamento dos canais para os dias 31/05, 30/05 e 17/04, respectivamente. A exclusão dos canais seria submetida à próxima Consulta Pública.

Em Manaus/AM (10 municípios), o canal 59 foi alterado pelo Ato nº 8.999/2017. Em relação aos canais 53 e 57, analógicos, foi informado o desligamento pelas entidades nos dias 04/04/2017 e fevereiro de 2012, respectivamente. A exclusão dos canais seria submetida à próxima Consulta Pública.

Além disso, explicou a pendência existente em Presidente Figueiredo/AM, cidade distante 100 km de Manaus/AM, onde havia o canal 58, secundário, que poderia ser impactado pela operação do 4G/LTE na capital amazonense. A entidade responsável pelo canal estava sendo contatada para verificar se o canal estava realmente em operação. Em caso positivo, existia a possibilidade de ele ser alterado para um canal fora da Faixa de 700 MHz. Era um canal que constava no Edital como elegível ao ressarcimento, então, na prática, a cidade de Manaus/AM ainda tinha essa pendência.

A proposta do Grupo Técnico era a de que a viabilidade de Manaus/AM fosse aprovada, com a condição de que a campanha de mitigação preventiva tivesse início quando se solucionasse a situação do canal 58 – seja a extinção da outorga ou a alteração para outro canal.

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, reiterou que a proposta colocada era que a cidade fosse aprovada, para que até a próxima reunião do GIRED pudesse ser solucionado esse caso e, assim, ser iniciada a campanha de mitigação preventiva.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, representante titular do MCTIC, falou que, no caso de Manaus/AM, uma denúncia tinha sido apresentada, que podia terminar em cassação do canal. Informou que o Ministério estava entrando em contato com a Eletronorte, detentora da outorga, para saber se ela devolveria o canal à União, sem que fosse necessária a abertura de processo de cassação.

Deferida a palavra, **Ana Eliza Faria e Silva, da TV Globo**, interveio para dizer que, nesse caso, não havia controle de prazos, como nos outros casos.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, propôs tirar a deliberação de Manaus/AM da pauta, a fim de se ter segurança jurídica, até que a situação do município de Presidente Figueiredo/AM fosse resolvida.

Gunnar Bedicks, da EAD, informou que, em visita técnica ao local, havia sido constatada a não existência do canal.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, relatou o contato realizado com radiodifusores de Presidente Figueiredo/AM, pelo qual foi constatado que não havia canal operando. Contudo, considerando a situação jurídica pendente, de denúncia, disse que seria bom aguardar o deslinde da questão para melhor segurança jurídica.

Antônio Carlos Martelletto, da EAD, explicou que a proposta da EAD era aprovar o estudo Manaus/AM, condicionada à alteração do canal em questão. O LTE não seria ativado de imediato, mas a EAD poderia avançar o processo em um mês com o início da atuação de mitigação.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, representante titular do MCTIC, esclareceu que havia a possibilidade de consequências penais no processo de cassação. Disse que seria feita uma visita pessoal à Eletronorte para saber se a entidade desistiria da outorga.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, disse que havia duas alternativas: manter na pauta a deliberação sobre Manaus, com ressalvas, ou retirar da pauta, com as ponderações feitas. Não seria necessária atuação em campo, porque a EAD já tinha feito. Havia uma outorga concedida para uma empresa estatal, e cabia o trato administrativo, factível. Pela parte de presidência do GIRED, não via dificuldade em aprovar quaisquer das alternativas.

Leandro Enrique de Lobo Guerra, representante suplente da Tim Celular S. A., afirmou preferir a primeira alternativa.

Daniel Pimentel Slaviero, representante titular da Radiodifusão, falou que o caso de Manaus/AM era diferente, e que dependia de uma tratativa. Propôs que a situação fosse sobrestada até a próxima reunião, quando a questão seria deliberada.

Antônio Carlos Martelletto, da EAD, salientou que a campanha de mitigação atrasaria 30 dias, caso a situação no município de Manaus não fosse aprovada, postergando a entrada em operação.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, ressaltou a importância de Manaus/AM e também de se obter consenso na reunião do GIRED.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, votou no mesmo sentido que Daniel Pimentel Slaviero. Salientou que acreditava na capacidade do MCTIC de resolver a situação com a Eletronorte o mais rápido possível.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, representante titular do MCTIC, ressaltou que, para a outorga "cair", havia três modalidades: i) a entidade pedir extinção, ii) a entidade pedir para permanecer e que fosse consignado o canal digital, iii) diante da denúncia, seguir com a cassação.

Considerando os debates, **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED**, propôs retirar o município de Manaus da presente pauta e só deliberar sobre ele na próxima reunião.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., acompanhou a proposta do Presidente, mas ressaltou que os trabalhos deveriam continuar.

Leandro Enrique de Lobo Guerra, representante suplente da Tim Celular S. A., questionou sobre possíveis atrasos no processo de ativação em Manaus/AM, ao que **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED**, informou que a EAD continuaria com os trabalhos e que só não haveria deliberação no momento.

Em seguida, **Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm**, retomou a apresentação. Falou sobre a região de Recife/PE, onde havia a pendência da alteração dos canais 59 e 61 em Recife/PE, 52 em Nazaré da Mata/PE e 58 em Vitória de Santo Antão/PE. Informou que todas essas alterações tinham sido realizadas no Ato nº 8.999/2017.

Quanto ao canal secundário 58, destacou que ele já estava autorizado a operar em canal digital 28, mas precisava ser remanejado para o canal 48 como consequência do resultado do replanejamento. Informou que foi apresentada uma carta do radiodifusor concordando com a alteração do canal analógico para o digital. A única pendência para que o Ministério fizesse a alteração do canal digital para o 48 era a publicação de um Ato da Anatel, indicando os pares digitais dos canais secundários de retransmissão de televisão. Este Ato foi publicado em 2015, mas era necessária uma alteração dele por outro, o que já havia sido realizado. Diferentemente dos casos que ficavam pendentes somente o Ato de exclusão do canal primário, a proposta para Recife era a de que o início da migração preventiva ficasse condicionado à publicação, pelo MCTIC, da mudança para o digital.

Deferida a palavra, **Ana Eliza Faria e Silva, da TV Globo**, disse que este estudo sobre a região de Recife/PE tinha se restringido à viabilidade apenas ao município de Recife/PE, pois existiam interferências na cidade de Limoeiro/PE. Falou que, ao contrário das demais – cujos Atos já haviam sido publicados ou tinham previsão de entrarem em Consulta Pública nos próximos dias –, a situação do canal 58 tinha uma pendência de retirada e era necessária uma estimativa de prazo.

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, falou que a alteração do canal era de competência do MCTIC, mas que isso dependia antes do Ato da Anatel, aquele publicado hoje. A alteração do canal já estava pronta no Ministério, e possivelmente seria publicada essa alteração nos próximos dias.

Daniel Pimentel Slaviero, representante titular da Radiodifusão, solicitou que se confirmasse se a publicação seria mesmo feita nos próximos dias, ao que **Vanda**

Jugurtha Bonna Nogueira, representante titular do MCTIC, respondeu positivamente.

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, passou à apresentação sobre os municípios da região de Maceió/AL. Informou que a pendência existente nessa região era a alteração dos canais 53, 54, 56, 57 e 61, todas realizadas no bojo do Ato nº 8.999/2017. O canal 59, analógico, de Maceió/AL estava vago, e sua exclusão ocorreria já na próxima Consulta Pública.

Informou também sobre a situação de inviabilidade com um canal secundário em Teotônio Vilela/AL, presente no primeiro estudo apresentado pela EAD. Essa situação foi reportada à EAD, que revisou os estudos, retirando quatro dos municípios previstos no grupo inicial, resolvendo a situação de inviabilidade com esta localidade. Contudo, ainda restava pendente a alteração dos canais secundários 59 de Maceió/AL e 58 de São Miguel dos Campos/AL. Com relação a esses dois canais, as entidades responsáveis encaminharam carta concordando com a alteração ao Ministério. A proposta colocada seria a de que o início da campanha de mitigação preventiva e distribuição de filtros dependeria da aprovação de alteração desses dois canais secundários.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, perguntou se seria necessária Consulta Pública para alteração dos canais secundários, ao que **Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm,** respondeu negativamente.

Raymundo Costa Pinto Barros, representante titular da Radiodifusão, disse que essa situação não tinha sido discutida no GT-RM, e propôs que o município fosse estudado pelo Grupo Técnico, para que fosse tomada uma decisão.

Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm, esclareceu que realmente o tema não havia sido discutido em reunião presencial do GT-Rm, mas que o Grupo Técnico vinha adotando o procedimento de distribuição por correio eletrônico dos estudos técnicos de viabilidade submetidos pela EAD. Conforme esse procedimento, a partir do encaminhamento do e-mail, era concedida uma semana para que os membros do GT fizessem suas análises e apresentassem suas contribuições e comentários.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, disse que era prudente retirar esse município de pauta para levá-lo ao GT-Rm.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, falou que seria importante que a regra geral fosse a de que as situações dos municípios fossem sempre avaliadas pelo Grupo Técnico em reunião presencial.

Antônio Martelletto, da EAD, ressaltou que essa era uma praça que estava pronta para fazer a mitigação, e que durante a mitigação, o LTE não seria ativado.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., falou que a situação de Maceió/AL era diferente da situação de Manaus/AM. Restavam pendentes apenas alguns passos burocráticos.

Raymundo Costa Pinto Barros, representante titular da Radiodifusão, propôs que fosse agendada uma reunião extraordinária do GT-Rm nos próximos dias e, se caso a decisão do Grupo Técnico fosse favorável, então seriam dados os próximos passos.

Diante da proposta, **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED**, demandou que o GT-Rm fizesse uma reunião extraordinária para a ratificar a viabilidade do município de Maceió/AL, podendo ter início as ações de mitigação preventiva. Além disso, estabeleceu que a regra geral seria então a de submeter os grupos de municípios às reuniões do GT-Rm, preferencialmente presenciais, em linha com o proposto por André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão.

Como resultado das deliberações, em síntese, foram aprovados dos estudos de viabilidade da implantação de telefonia móvel 4G/LTE nas regiões de Macapá/AP, Boa Vista/RR, Rio Branco/AC, Fortaleza/CE, Natal/RN, Maceió/AL (este condicionado à ratificação em reunião extraordinária do GT-Rm), Recife/PE e Uberaba/MG, todos submetidos pela EAD, acrescidos das considerações do GT-Rm.

Por fim, **Martim Jales Hon, Coordenador do GT-Rm**, ressaltou que nas cidades de Rio Branco/AC, Uberaba/MG, Macapá/AP e Fortaleza/CE, a ativação do LTE dependia da publicação do Ato de exclusão dos canais. E que, em Recife/PE e Maceió/AL, o início da campanha de mitigação dependia da alteração dos canais secundários tratados.

8. Atesto da economicidade da digitalização dos canais analógicos 52 de Campo Grande/MS e 52 de Natal/RN, submetido pela EAD

Gunnar Bedicks, da EAD, iniciou apresentação sobre o tema. Inicialmente, falou sobre o atesto de Campo Grande/MS, em especial sobre o canal da Rede Mulher de Televisão Ltda. Disse que faltavam peças na linha de produção desse canal. O transmissor já tinha 11 anos de idade, e não era possível sua ressintonia, salvo se completamente removido do local. Para isso, deveria ser colocado um transmissor reserva durante o tempo de remoção, encarecendo o procedimento. Por esses motivos, o fabricante não assumia a responsabilidade da ressintonia, enquanto que o proprietário do transmissor exigia que a EAD se responsabilizasse pelo equipamento como um todo. Mostrou os custos da tecnologia analógica versus tecnologia digital. Salientou que a ressintonia era na prática inviável, uma vez que, aberto o equipamento, poderiam ser encontrados os mais diversos problemas e pendências.

Mostrou a comparação dos custos totais de aquisição da tecnologia analógica (R\$ 212.611,00) e da tecnologia digital (R\$ 209.462,00). Disse que a EAD tinha os dois projetos com cotações.

Considerando o consenso havido, **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED**, ressaltou a aprovação do atesto da economicidade da digitalização do canal analógico 52 de Campo Grande/MS, conforme submetido pela EAD. Informou, por fim, que o atesto deverá ser objeto de avaliação da auditoria externa contratada.

9. Informe do Grupo Técnico de Comunicação (GT-Com)

Daniel Leite Santos França, Coordenador substituto do GT-Com, informou a realização de reunião do GT no dia anterior, 29 de maio, ocasião em que o Ibope Inteligência apresentou o resultado da pesquisa de aferição realizada em Goiânia.

Ademais, a EAD levou um plano de comunicação para Goiânia com três cenários: *i*) desligando na data programada, *ii*) adiando para uma outra data e *iii*) desligamento faseado, com começo em 31 de maio e com data para conclusão.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, disse que foi solicitado um plano de comunicação da EAD para um *cluster* [agrupamento] específico caso não fosse atingido o percentual mínimo na data estipulada; ou seja, não era somente para Goiânia. Pediu que na próxima reunião fosse apresentado um plano de comunicação aberto, modelo que pudesse ser utilizado para qualquer praça.

Daniel Leite Santos França, Coordenador substituto do GT-Com, falou que poderiam levar na próxima reunião um procedimento padrão, mas que, na presente reunião do GIRED, a EAD tinha trazido especificamente o caso de Goiânia. Relatou que houve um grande esforço do setor de radiodifusão na reta final do processo em Goiânia. As campanhas de comunicação em Recife, Salvador e Fortaleza já estavam em planejamento.

10. Resultado da pesquisa de aferição em Goiânia e entorno, segunda onda, pré-desligamento

Natália Gurgel, do Ibope, informou que a pesquisa em Goiânia tinha sido realizada nos mesmos moldes das pesquisas anteriores, com mesmo perfil amostral e mesma quantidade de entrevistas. Como resultados da pesquisa, citou o aumento do conhecimento sobre o sinal e da declaração de recepção do sinal digital, assim como maior conhecimento sobre a data do próprio desligamento. Os índices de confiança sobre o cumprimento da data de desligamento também haviam aumentado.

Informou ainda que, na visão do critério GIRED original, o índice de sinal digital era de 89%. Com a aplicação do deflato, esse índice caía para 88%. Além disso, não ficariam sem acesso à programação de televisão 92% dos entrevistados.

Em relação ao perfil de recepção terrestre analógica, havia uma concentração no setor de baixa renda. O segmento AB evoluiu de 93% para 95% de digitalização; o segmento C1 de 88% a 93%; e o segmento C2DE, de 68% para 83%.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., perguntou como estava a entrega dos conversores, ao que **Antônio Carlos Martelletto, da EAD**, respondeu que, em média, 30 mil conversores estavam sendo entregues por semana.

Quanto ao detalhamento da composição dos digitalizados, **Natália Gurgel, do Ibope**, destacou um expressivo aumento nas menções de presença de conversor. No caso dos beneficiários do Programa Bolsa Família, houve um progresso de 78% para 93% de digitalização e, nos demais programas sociais [Famílias de Baixa Renda do Cadastro Único], o resultado melhorou de 71% para 89%.

Em seguida, **Márcia Cavallari Nunes, do Ibope**, apresentou as projeções. Disse que o comportamento dentro de cada classe era muito semelhante em qualquer praça.

Mostrou a projeção da classe AB para o dia zero em Goiânia: seria de 97%, sendo que na data atual era de 95%. Depois, mostrou gráfico com as curvas comparativas de Rio Verde, Distrito Federal, São Paulo e Goiânia, e ressaltou que os pontos de

projeção referentes à classe C1 eram muito semelhantes entre os *clusters*. Na classe C1, a projeção era de 94% (sendo que na data atual, era de 93%). Na classe C2DE, a projeção do dia zero em Goiânia era de 85%. No total, a projeção de digitalização no dia zero em Goiânia seria de 90%. Fazendo o mesmo exercício com o deflator, o total também seria de 90%.

Ressaltou que o resultado da pesquisa de Goiânia, a 11 dias do desligamento, era muito semelhante ao de Brasília, no mesmo período. Falou que a projeção não estava sendo feita considerando o pós-desligamento, ou seja, era uma projeção bastante conservadora. A projeção realizada se baseava num cenário pré-desligamento.

Antônio Carlos Martelletto, da EAD, disse que os resultados de Goiânia eram muito bons. Era uma região de maior incremento nos últimos 60 dias, principalmente nas classes C2DE. Afirmou que havia todas as condições para o desligamento no dia seguinte.

11. Deliberação acerca do atendimento da condição para o desligamento da transmissão analógica em Goiânia e entorno

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, submeteu o assunto à discussão dos membros do GIRED.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., manifestou sua concordância com Antônio Carlos Martelletto, da EAD, no sentido de que estavam presentes as condições para o desligamento do sinal analógico em Goiânia.

Leandro Enrique de Lobo Guerra, representante suplente da Tim Celular S. A., também afirmou que havia plenas condições para o desligamento da transmissão analógica.

Daniel Pimentel Slaviero, representante titular da Radiodifusão, parabenizou a EAD, especialmente em relação à distribuição dos kits. Disse que a entidade superou o Cadastro Único, incorporando, inclusive, alguns programas estaduais. Falou que as características de Goiânia estavam muito similares à cidade de Brasília e, para que houvesse o mesmo sucesso da capital, propôs que em Goiânia fosse adotada o mesmo procedimento utilizado em Brasília, onde o desligamento foi faseado. Ressaltou que o percentual de 88% em Goiânia estava inferior ao percentual mínimo que deveria ser atingido. O GIRED tinha encontrado uma saída em Brasília, sem tirar o crédito do processo. Propôs que fosse feito o desligamento em Goiânia nos mesmos moldes de Brasília, com a diferença quanto ao prazo. Ressaltou, ainda, a necessidade de se realizar uma nova pesquisa.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, perguntou qual era o entendimento do GIRED com relação à projeção, isto é, se a projeção era considerada para o desligamento. Pediu para que esse entendimento ficasse claro.

Daniel Pimentel Slaviero, representante titular da Radiodifusão, falou que essa pergunta era muito pertinente. A sua visão era a de que a projeção seria usada como ferramenta gerencial, mas não como pré-requisito para o desligamento. Como ferramenta, caso o percentual de 90% não fosse atingido, seria necessária uma prorrogação maior do prazo.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, questionou se a pesquisa adicional seria sempre necessária em toda praça.

Raymundo Costa Pinto Barros, representante titular da Radiodifusão, salientou que, no seu entendimento, a ferramenta gerencial servia para analisar as taxas de conversão. Era prematuro tomar a decisão de desligamento com uma curva de tendência. Reiterou o trabalho da EAD de entrega de kits – falou que, apesar de já terem sido distribuídos em Goiânia, os kits ainda não tinham sido instalados. Era preciso continuar com o processo de comunicação e, dentro de 15-20 dias, seria feita nova pesquisa para aferir o percentual de digitalização. As emissoras já preparadas desligariam, ou seja, o desligamento voluntário aconteceria.

Antônio Carlos Martelletto, da EAD, falou que o trabalho estava amadurecendo e que o atendimento das centrais de atendimento havia aumentado nos últimos dias. Ressaltou que os resultados da pesquisa se baseavam em pesquisa conservadora e que a quantidade de kits necessária para a digitalização já estava distribuída. Com relação à projeção, realmente tinha que ser vista como ferramenta gerencial, a ser utilizada cada vez mais e incorporada ao processo. Propôs que não fosse feita uma pesquisa logo após o desligamento, mas sim “mais para frente”, para avaliar as ações diferentes realizadas.

Luiz Roberto Antonik, representante suplente da Radiodifusão, disse que a posição da Abert era a de que só haveria desligamento quando se chegasse em 90%. A projeção não tinha efeito vinculativo. Com 88% não se desligaria. No seu entender, o MCTIC teria que fixar uma nova data. Ressaltou a margem de erro de 3% e, por isso, era possível que na realidade a digitalização fosse de 85%. Salientou também que não havia consenso para desligar o sinal.

Em seguida, **José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A.**, disse que a projeção era uma ferramenta gerencial à disposição das negociações e do governo. Falou que o momento atual era diferente, considerando os aprendizados de Rio Verde e de Brasília. Ressaltou a quantidade de tarefas que a EAD estava arcando e que aumentaria nos próximos meses. Propôs, para se chegar num entendimento, que o desligamento fosse faseado, e demarcada uma data de conclusão. Além disso, sugeriu que fossem em alguma medida intensificadas intervenções de comunicação, para que a sociedade soubesse do andamento do processo. Com o tempo, a ferramenta gerencial poderia ser utilizada de forma integral.

Flávio Lara Resende, representante titular da Radiodifusão, falou que a projeção servia apenas como ferramenta para análise do desligamento, e não computava efetivamente para ele. Ressaltou que tinha sido feito um grande trabalho em Goiânia para se chegar ao percentual necessário.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, disse que a projeção era ferramenta e que não era vinculante. Ressaltou que as condições burocráticas e formais não poderiam ser prescindidas. O ideal era alcançar o percentual de 90%. Se não havia consenso, poderia ser proposto um faseamento, considerando todos os debates havidos. Ou seja, levar ao Sr. Ministro a informação de que o índice da Portaria não havia sido atingido e propondo que o desligamento não se concluísse no dia seguinte.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., lembrou que, em Brasília, a data início do desligamento tinha sido mantida, com um faseamento do processo.

Antônio Carlos Martelletto, da EAD, disse que precisava ser resguardada a reputação do processo. Era importante passar a mensagem que o desligamento tinha começado. A população que acreditava no processo era a grande maioria.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, salientou que, entre os analógicos, havia uma parcela da população que continuaria sem sinal, até ter condições financeiras ou tempo para realizar a adaptação na residência. O desligamento escalonado era uma resposta à população, principalmente àqueles que pegaram o kit, que saíram de sua zona de conforto. Era importante dizer à sociedade que algo começaria na data do desligamento.

Disse que o adiamento de 21 dias seria um tempo muito elevado. Propôs 14 dias, um prazo menor. Havia a experiência de Brasília, em que nos 10 dias pós-desligamento, a população tinha se movimentado para comprar e pegar os kits, contudo, nos dias finais, essa mobilização não existia mais. Concluiu que, se houvesse o desligamento escalonado, era preciso se preocupar com o tempo, e um prazo muito grande não passaria para a população a mensagem de que o processo estava ocorrendo diariamente.

Daniel Pimentel Slaviero, representante titular da Radiodifusão, propôs que o desligamento começasse e fosse feito até 21 de junho, e que fosse precedido por uma pesquisa complementar da 2ª onda.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, perguntou se, no prazo de 15 dias, era possível a realização de uma nova pesquisa, ao que **Antônio Carlos Martelletto, da EAD**, respondeu afirmativamente.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, representante titular do MCTIC, disse que, apesar de a projeção não servir como critério, poderia servir para medir o prazo de postergação, quando necessário. Reconheceu o trabalho da EAD, das emissoras e da patrulha digital. Se a EAD conseguia fazer uma pesquisa em 15 dias, então o MCTIC optaria por uma postergação do desligamento em 15 dias, com uma nova pesquisa complementar, caso fosse possível.

Antônio Carlos Martelletto, da EAD, disse que o processo tinha que evoluir. Em seu ponto de vista, a proposta era concordar com o começo do desligamento. A ideia era fazer a pesquisa “mais para frente”, considerando as experiências e resultados de Goiânia e, ainda, dado que não estava prevista uma pesquisa pós-desligamento para Goiânia.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., perguntou a Daniel Pimentel Slaviero o que era considerada uma pesquisa complementar e se era realmente fundamental.

Cristiene Abadia Evaristo, representante suplente da Alga Celular S. A., ressaltou que, considerando que a projeção tinha sido de 90%, entendia que não seria necessária uma pesquisa. Se a projeção era uma ferramenta a ser aplicada, tinha que ser considerada.

Daniel Pimentel Slaviero, representante titular da Radiodifusão, falou que o critério para o desligamento era o atingimento do percentual mínimo de 90% e, como o percentual alcançado tinha sido 88%, então, seria necessária a pesquisa para averiguar o alcance do percentual. Ressaltou que a pesquisa era pré-condição para o desligamento.

Raymundo Costa Pinto Barros, representante titular da Radiodifusão, disse que, como o percentual de 90% não tinha sido alcançado, era fundamental entender a velocidade de conversão da população nos próximos dias. E a melhor forma de analisar isso seria fazer a pesquisa, que comporia a base de conhecimento do processo. Recomendou o desligamento faseado, com uma pesquisa complementar.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., afirmou que essa proposta de prorrogação de 21 dias era válida, com a pesquisa complementar, desde que fosse circunscrita à Goiânia.

Considerando as discussões, **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED,** falou que havia consenso no GIRED no sentido de recomendar ao Sr. Ministro o início do desligamento no dia 31 de maio, conforme previsto, e com o término em 21 dias. Assim, a data final para o desligamento da transmissão analógica em Goiânia seria o dia 21 de junho. Acrescentou que seria realizada nova pesquisa de campo para fins informativos.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., aventou a possibilidade de que, em outras praças, o processo pudesse ser feito de outra forma. A pesquisa seria feita em Goiânia, mas isso não significava que seria feita nos demais casos. Perguntou sobre as medidas de intervenção.

Antônio Carlos Martelletto, da EAD, disse que, do ponto de vista de comunicação, seria dito que o processo de desligamento tinha sido iniciado.

Deferida a palavra, **André Luis Dias, da TV Globo,** informou que haveria uma nova contagem regressiva e, de modo semelhante ao que tinha sido feito em Brasília, o processo se iniciaria em 31 de maio e encerraria no dia 21 de junho.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, leu o modelo de comunicado a ser veiculado: *"O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e a Anatel informam que o sinal analógico de Goiânia e entorno começou a ser desligado no dia 31 de maio de 2017 e se encerrará em a qualquer momento, até 21 de junho de 2017"*.

Deferida a palavra, **André Luis Dias, da TV Globo,** ressaltou que a expressão *"a qualquer momento"* impediria o comunicado de contagem regressiva, importante para o público.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, disse que seria ideal inserir na cartela que o desligamento seria feito *"a qualquer momento"*, pois, desse modo, haveria um senso de urgência para a população.

Daniel Pimentel Slaviero, representante titular da Radiodifusão, pediu para que a próxima reunião do GIRED fosse antecipada, ao que **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED,** informou que a próxima reunião do GIRED seria no dia 21 de junho, quando seriam apresentados os resultados da nova pesquisa – ou

seja, no dia da conclusão do desligamento. Por fim, registrou o resultado da deliberação: recomendar ao MCTIC o início do desligamento em 31 de maio de 2017 e encerramento em 21 de junho, com realização de pesquisa complementar, cujos resultados serão apresentados na próxima reunião do GIRED.

12. Medidas pós-data do desligamento da transmissão analógica em Goiânia e entorno

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, submeteu o assunto à discussão dos membros.

Deferida a palavra, **André Luis Dias, da TV Globo**, falou que, se fosse colocado no comunicado "*a qualquer momento*" seria preciso retirar a contagem regressiva. Essa informação fica o tempo todo na tela. A seu ver, sob o ponto de vista de comunicação, era melhor continuar com o modelo atual, de contagem regressiva. Sugeriu que o MCTIC e a Anatel informassem: "*O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e a Anatel informam que o sinal analógico desde cluster se iniciou no dia 31 de maio e se encerrará em 21 de junho*". Dentro do letterbox, a mensagem de contador regressivo traria aceleração no processo.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., concordou com a sugestão de André Luis Dias.

Patrícia Abreu, da EAD, interveio para dizer que a expressão "*a qualquer momento*" garantiria que as pessoas não se acomodassem.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, disse que o contador em si não tinha validade para todas as emissoras, pois cada uma poderia desligar antes, a qualquer momento. Falou que o GIRED perderia a oportunidade de aprendizado, a partir de uma pressão diferente na população. Era preciso gerar um senso de urgência na população.

Raymundo Costa Pinto Barros, representante titular da Radiodifusão, sugeriu manter a contagem regressiva. Para ele, o desligamento tinha que ser pragmático. As grandes emissoras fariam o desligamento no dia 21. As emissoras que desligariam o sinal analógico a partir do dia 31 de maio o fariam porque precisavam fazer isso, pois tinham o peso de carregar as duas transmissões. Ressaltou que "*a qualquer momento*" e "contagem regressiva" eram mutuamente excludentes. Por fim, disse que seriam realizadas muitas atividades de jornalismo local divulgando o processo de desligamento.

Daniel Pimentel Slaviero, representante titular da Radiodifusão, opinou que "*a qualquer tempo*" tinha que ser retirado da cartela.

Cristiene Abadia Evaristo, representante suplente da Algar Celular S. A., interveio para dizer que seria interessante dar a informação à população de que o processo de desligamento tinha começado e se encerraria dia 21 de junho, sem necessidade de alterar a cartela.

Considerando o consenso, **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED**, deu como aprovado o texto para a cartela.

13. Resultado da pesquisa de aferição na Grande São Paulo, quarta onda, 60 dias após o desligamento analógico;

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, informou a retirada do item de pauta, tendo em vista que a pesquisa não ficou pronta a tempo. Informou que o item retornará na pauta da próxima reunião do GIRED.

14. Resultado da pesquisa de aferição na Grande Recife, primeira onda, 60 dias antes da data marcada para o desligamento analógico;

Natália Gurgel, do Ibope, informou que foram encontrados 79% de domicílios digitalizados na praça. Com a aplicação do deflator, esse índice caía para 77%. Quanto aos programas sociais, 67% dos beneficiários do Programa Bolsa Família estavam com sinal digital. Nos demais programas sociais [Família de Baixa Renda do Cadastro Único], esse percentual era de 79%.

15. Avaliação do pedido de realização de checagem técnica presencial (“pantry-check”) na Grande Recife;

Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIRED, informou que o assunto tinha sido colocado em pauta devido a uma solicitação da Abert. O Presidente falou que entendia que a decisão sobre a realização ou não de *pantry-check* na Grande Recife deveria ser tomada por todo o Grupo Executivo, e não de forma monocrática pelo Presidente do GIRED. Abriu à discussão.

Raymundo Costa Pinto Barros, representante titular da Radiodifusão, comentou que havia um grande contingente das classes C2DE em Recife. Ressaltou que não era conhecida a configuração de recepção de TV em grande parte dos domicílios. Informou que em vários domicílios, a sintonia ou a instalação não tinham sido feitas. Um *pantry-check* em Recife daria um entendimento de como os pernambucanos assistiam à TV, e isso ajudaria no trabalho de comunicação. Disse que esse *pantry-check* ajudaria o desligamento em outros *clusters* semelhantes.

Antônio Carlos Martelletto, da EAD, disse que não via necessidade de *pantry-check*, mas a EAD o faria, se assim decidido. Apesar de o grupo C2DE ser maior em Recife, a distribuição de kits também era maior, o que a diferenciava de outras regiões.

José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., falou que, para melhorar a abordagem de comunicação e conhecer o mercado, concordou com o *pantry-check*. **Leandro Enrique Lobo Guerra, representante suplente da Tim Celular S. A.**, manifestou o mesmo entendimento.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, ressaltou a importância de não serem alterados nem o método do deflator, nem a metodologia.

Considerando os debates, Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente do GIREG, declarou aprovada a proposta de realização de checagem técnica presencial ("pantry-check") em Recife.

16. Informe da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD) ;

Antônio Carlos Martelletto, da EAD, informou a EAD revisava, a cada dois meses, tudo o que já tinha sido comprado, analisando o consumo e a necessidade de se fazer novas aquisições.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, comentou a distribuição não prevista de conversores em Goiânia. Perguntou se haveria uma encomenda extra de conversores para suprir a quantidade distribuída em Recife.

Antônio Carlos Martelletto, da EAD, respondeu que, para Recife, não haveria problema. Não havia previsão de falta de equipamento até o mês de setembro. A cada dois meses, a EAD fazia um ajuste de quantidade.

André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, quis saber o que seria feito se também em Recife ocorresse uma excepcionalidade, ou seja, se a distribuição de kits atingisse níveis de 114%, como Goiânia.

Antônio Carlos Martelletto, da EAD, reiterou que não haveria problemas. Além disso, propôs que a distribuição de kits em São Paulo se encerrasse no dia 02 de junho. Por outro lado, a EAD seguiria com a distribuição em Goiânia por mais 45 dias, pelo menos, devido à alta demanda. Ademais, informou que em Recife a quantidade de agendamento era muito alta e que, em nenhuma outra praça, tinha havido um resultado equivalente. Por fim, noticiou que em Salvador, a distribuição estava indo bem e ocorria dentro do programado.

17. Outros assuntos

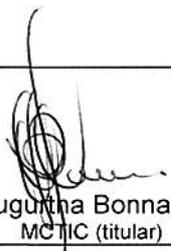
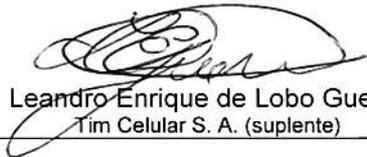
Não houve.

18. Data da Reunião Ordinária de junho de 2017.

Juarez Quadros, Presidente do GIREG, encerrou a reunião após reiterar que a próxima Reunião Ordinária do GIREG seria realizada na data de 21 de junho de 2017.

ASSINATURA DOS MEMBROS DO GIREG PRESENTES:

<p>Juarez Martinho Quadros do Nascimento Presidente do GIREG – Anatel</p>	<p>Vitor Elísio Menezes Secretário do GIREG – Anatel</p>
---	--

 Vanda Jugurtha Bonna Nogueira MCTIC (titular)	- AUSENTE - Inez Joffily França MCTIC (suplente)
 José Gonçalves Neto Telefônica Brasil S. A. (titular)	- AUSENTE - Átila Araújo Branco Telefônica Brasil S. A. (suplente)
- AUSENTE - Oscar Petersen Claro S. A. (titular)	- AUSENTE - Monique Pereira Ibitinga de Barros Claro S. A. (suplente)
- AUSENTE - Renato Paschoareli Algar Celular S. A.	 Cristiene Abadia Evaristo Algar Celular S. A. (suplente)
- AUSENTE - Mario Girasole Tim Celular S. A. (titular)	 Leandro Enrique de Lobo Guerra Tim Celular S. A. (suplente)
Daniel Pimentel Slaviero Radiodifusão (titular)	- AUSENTE - Fernando Luz de Azevedo Radiodifusão (suplente)
Flávio Lara Resende Radiodifusão (titular)	 Luis Roberto Antonik Radiodifusão (suplente)
 Raymundo Costa Pinto de Barros Radiodifusão (titular)	 Cristiano Lobato Flores Radiodifusão (suplente)
 André Felipe Seixas Trindade Radiodifusão (titular)	- AUSENTE - Evelin Maciel Brisolla Radiodifusão (suplente)
REPRESENTAÇÃO EXCEPCIONAL	
Raul Lara Campos Claro S. A.	-